

# A verdadeira existência chegará com o voto

André Gustavo Stumpf

Há vinte anos, o sítio Castanho deixava definitivamente de existir. Em seu lugar, brotou uma cidade que, entre lama, poeira e algum verde, encontrou o rumo certo de uma vida autônoma, ultrapassou todas as previsões de crescimento, dobrou a faixa do primeiro milhão de habitantes e, duas décadas depois, ensaia os passos iniciais no sentido de conseguir a sua verdadeira existência; a representação política para o Distrito Federal já não é uma postulação de poucos — ganha, dia a dia, novos adeptos no Plano Piloto e nas cidades-satélites.

E curiosa a saga do Distrito Federal. Em outros tempos, quando o Rio de Janeiro abrigava a Corte, as delícias da intriga política prendiam a atenção dos muitos observadores que andavam pelos corredores do poder. Golpes e contragolpes foram feitos e desfeitos no Rio de Janeiro. A Chefatura de Polícia do Distrito Federal era cargo importante — tão importante que a destituição de seu titular foi o episódio que resultou no afastamento de um Getúlio Vargas ditador e no começo da redemocratização. Mas a cidade do Rio de Janeiro, seja pelos seus encantos, seja pelo humor, encontrou quem a cantasse em prosa e verso — favelas, trem do subúrbio, tudo isto foi aparecendo em samba, chorinho, poema e nos artigos de jornais. «Ao lado da Corte existia uma cidade que se movimentou e produziu espetáculos políticos da mais alta significação.

Os exemplos são muitos. Quem não se lembra das greves de bonde promovidas por ingênuos estudantes, que provocavam reações enfiadas do Governo? Foi lá no Rio de Janeiro que se elegeu pelo voto direto um Carlos Lacerda demolidor e um Leonel Brizola igualmente agitado. Na mesma eleição. O templo da política nacional esvaziou-se, na medida em que Brasília começou a funcionar efetivamente como capital. A cidade, contudo, manteve-se viva, representada, atuante. Os fenômenos posteriores, estilo Chagas Freitas, não se constituem em problema específico da cidade, mas consequências de uma conjuntura política que se abateu por sobre todo o país.

## RIO/BRASILIA

Não pretendo aqui cometer a imprudência de comparar Brasília ao Rio de Janeiro, pois falta muito

ao planalto central para poder postular uma posição, ainda que secundária, na escala de valores dos maneirismos brasileiros, cujo epicentro irradiador está situado precisamente no Rio de Janeiro. Mas interessante é que Brasília reproduza internamente o mesmo tipo de falácia com que brindam a cidade seus eternos e anacrônicos opositores. A cidade de Brasília simplesmente não existe. Há quem sustente, com vigor e paixão, que Brasília não dispõe até hoje de sistema telefônico. Esta seria, no entanto, uma idiosincrasia menor. Sério é que brasilienses e não brasilienses desconhecem que ao redor da Esplanada dos Ministérios haja um aglomerado humano com mais de um milhão de habitantes, que revela os mesmos problemas da sociedade brasileira. Falta água, falta luz, falta urbanização, falta escola, falta emprego. A sequência de falhas nada tem a ver com o plano da cidade. Tem a ver com o país. O Brasil, cá entre nós, é assim. São Paulo, por exemplo, a poderosa cidade que vez por outra tenta assumir os destinos do país, ostenta um índice alarmante de falta de esgotos. Cinquenta por cento das residências não possuem aquele equipamento urbano. Em Brasília, as casas dos ministros também não possuem. E a Ceilândia, como será?

Mas a favela amarela, miséria colorida — a infeliz idéia nos anos sessenta de um deputado estadual, de pintar os casebres pendurados no morro — virou samba. E apareceu nos jornais. Da mesma forma, quando os trens da Central do Brasil começaram a andar fora do horário — se é que um dia tiveram horário, a música imortalizou o problema, pois, patrão se o trem atrasou, o Sr. não tem razão prá me mandar embora. E quem se ocupa, em Brasília, de dizer que o ônibus atrasou e por esta razão o operário foi despedido? Quem fala da miséria cor de barro dos barracos dos subúrbios de subúrbios, como o Planeta dos Macacos ou Brazilinha? Ninguém.

## CONTRADITÓRIO

E esta Brasília desconhecida, nordestina, pobre que auxilia, com percentagem substancial, a fazer o assombroso número de um milhão e trezentos mil pessoas

convivendo dentro do antigo sítio Castanho, hoje Distrito Federal. Não há música, nem poesia que costure e torne ostensivo o contraditório da cidade. Mesmo porque os problemas cariocas, virando ou não tema de compositor, foram objeto de julgamento popular através de eleições. Foram e continuam sendo. Em Brasília, não. Vinte anos depois, a cidade planejada par ter entre 500 e 700 mil habitantes no ano 2.000 já dobrou a previsão inicial e continua a ser o burgo — embora entre os maiores do País — que não possui qualquer canal de expressão política.

O Governo Federal não quer a representação política temendo, possivelmente, que o novo Distrito Federal assumira a feição e a função de seu antecessor. Por ser a sede da Corte, venha a desempenhar um papel relevante na formação da opinião pública em escala nacional. Afinal de contas, é aqui em Brasília que residem os ocupantes dos melhores gabinetes do País. Qualquer greve de transportes, por exemplo, teria imediatas repercussões nos serviços da burocracia estatal. Em razão deste e de outros desconfortos, a cidade está privada de ter um canal de representação política.

Ainda assim acontecem episódios peculiares neste aglomerado mundo. O fenômeno de aglutinação política iniciado nas superquadras do Plano Piloto teve seu modelo seguido em outros recantos do Distrito Federal. Os motivos serão variados para a criação dos grupos de amigos do bairro, da comunidade ou da rua — mas eles estão começando a ter vida, seja na Ceilândia, no Gama, ou no Plano Piloto. O fenômeno é recente e sobre ele não há qualquer estudo ou informação, mesmo porque o despertar de atitude como aquelas se constituem em ilhas de trabalho político dentro de um mar de indiferença oficial.

Por sorte ou azar, no Distrito Federal a população tem crescido num índice ao redor de dez por cento ao ano. O índice nacional, que começa a cair, está próximo a 2,8% ao ano. Esta taxa altíssima de crescimento demográfico provocou a superação das previsões iniciais e possivelmente será responsável por outras modificações. Os planos governamentais revelaram a possibilidade de conter a voz e o voto de uma cidade de 500 mil habitantes, distante, burocrática e fria. Se as correntes migratórias não fossem tão expres-

sivas no país talvez a utopia tivesse sido alcançada. Mas crescendo no ritmo de dez por cento ao ano, o Distrito Federal, além de ter o recorde de crescimento demográfico, caminha a passos largos para formar um dos maiores contingentes populacionais do país, depois das metrópoles Rio e São Paulo. Mantido o índice de crescimento demográfico, em 1982 o Distrito Federal terá 1.700.000 habitantes e cerca de 850 mil eleitores. Hoje são 600 mil eleitores.

## AGLUTINAÇÃO

A questão dos números é, neste particular, muito importante. Porque na medida em que a massa de eleitores crescer, diminuirá, proporcionalmente, a capacidade do Governo Federal ou do Distrito Federal de persistir impedindo que a população tenha expressão política. Apenas como exercício razoável de futurologia vale a pena lembrar que no atual ritmo de crescimento, o Distrito Federal terá 2.700.000 habitantes em 1986. No ano 2.000 terá a inacreditável população de oito milhões de habitantes, dentre os quais pelo menos um terço de eleitores. A questão, por este tempo, se não for solucionada, torna-se angustiante. Pode uma população que cresce a esta velocidade ser mantida à margem do processo político nacional, sendo gerida por administradores sem vínculo com a comunidade?

O simples enunciar da pergunta costuma causar irritação na administração da cidade e nos redutos do poder federal, porque o Distrito Federal tem sido uma ilha de tranquilidade num país habitualmente sacudido por terremotos políticos de intensidade variável, mas todos eles, com raras exceções, refletem-se no governo. As greves paulistas, os desenganos dos operadores da bolsa de valores do Rio de Janeiro, as reivindicações dos produtores gaúchos, todos protestam à distância mas o governo tem conhecimento através da imprensa ou de canais exclusivos de comunicação. A seu redor, tudo é tranquilidade.

## VOTO A FAVOR

O Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, foi o primeiro membro da equipe governamental a admitir, de público, o reexame da situação. O nível de representação política do Distrito Federal está

longe de ser definido, mas, enfim, uma autoridade do governo, precisamente o Ministro da Justiça, reconhece a possibilidade de o processo de evolução político-partidário resultar em algum tipo de expressão na sede do poder. Esta é a luz que balança no final do túnel — a possibilidade, ainda que difusa, de o Distrito Federal vir a ter seu próprio corpo de representantes, seja no Senado da República ou na Câmara dos Deputados. Há um requisito formal e legal que autoriza a declaração do ministro: a lei de reorganização partidária permite que os novos partidos organizem diretórios no Distrito Federal.

Haverá, certamente, quem pergunte qual a utilidade de um diretório partidário num local em que seus habitantes estão impedidos de votar. Há, no entanto, que considerar a política distencionista aplicada pelo Governo Federal. É a política das ações sucessivas já denominada de caixa de lençóis yes, porque sempre que se puxa um vem o outro em seguida. A lei permite a organização dos partidos políticos no Distrito Federal objetivamente porque, aqui, existem muitos eleitores de outros estados que, embora residindo em Brasília ou nas cidades-satélites, exercem seu direito de voto. E nada diz respeito de representação política, mas quem abre esta perspectiva é o Ministro Abi-Ackel.

A estrutura da lei e a racionalidade da política nacional dos últimos tempos parece colocar ao alcance do brasiliense o assunto específico. Votar ou não votar, participar ou não participar, é a questão colocada na direta proporção de os brasilienses se organizarem ao redor de suas predileções políticas e pressionarem o governo a conceder a reivindicação. Porque, é preciso lembrar, nenhum governo cede sem que se tenha antes reivindicado — ou seja, é necessário haver um ponto de negociação, pressão e contrapressão, para que as partes possam alcançar seu objetivo.

O caminho da mobilização por intermédio dos partidos políticos recém-formados parece ser o mais adequado às pretensões da comunidade, sempre sujeita à boa vontade, compreensão, ou cortesia de um parlamentar distante do problema, para que haja um projeto de representação política tramitando pelo Congresso Nacional. Os caminhos para reivindicar a participação política já foram, na verdade, mais árduos. A

possibilidade de trabalhar dentro do leito natural do curso político, por intermédio das organizações partidárias, vai conceder aos representantes nos diretórios um nível de participação efetiva, e não mais baseada na eventual gentileza de um parlamentar.

E claro que muitas questões, ou todas as questões, estão pendentes no curso desta longa caminhada. Também é evidente que há muito chão a ser percorrido antes que a democracia se instale por inteiro no País e alcance o Distrito Federal. Mas a comunidade não pode nem deve aguardar que um dia se faça a luz sobre este burgo sem qualquer expressão política. O Distrito Federal, ao tempo da Constituição de 1946, teve uma expressiva bancada na Câmara de Deputados, cujo comportamento político foi relevante e qualificado em diversos episódios das muitas crises institucionais porque passou o País.

A cidade de Brasília, o Distrito Federal, existe além da Esplanada dos Ministérios. Estes vinte anos de Brasília revelam também uma primeira geração de brasilienses nascidos ou criados aqui, que já não guardam, ao contrário da lenda, grande intimidade com o local de origem deles próprios ou de seus pais. O Governo Federal na sua bela Esplanada dos Ministérios não está simplesmente pousado, como se fora uma gigantesca astronave, num árido terreno lunar. Se no início, na agrura dos anos 60, a imagem adequava-se à situação angustiante do barro vermelho ou da persistente poeira, aliada à escassez de população, hoje o quadro não é exatamente o mesmo. O Governo Federal trabalha numa cidade, de mais de um milhão de habitantes, que possui como qualquer outra no País os problemas brasileiros.

A pergunta sobre representação política ganha atualidade, dia a dia, na medida em que o Distrito Federal cresce e ganha importância. A genialidade arquitetônica de Oscar Niemeyer e o traço inspiradíssimo de Lúcio Costa no desenho urbanístico da cidade são dados importantes para compreensão da cidade e de sua história, mas dela não tiram a condição de um aglomerado humano absolutamente semelhante a todos os demais no País, planejados ou não. O fato de Brasília ter brotado de um gesto consciente e político, o gesto de quem fez o sinal da cruz, e o trabalho de fazê-la grande e importante, não se combinam com a decisão de manter a comunidade afastada das decisões nacionais.